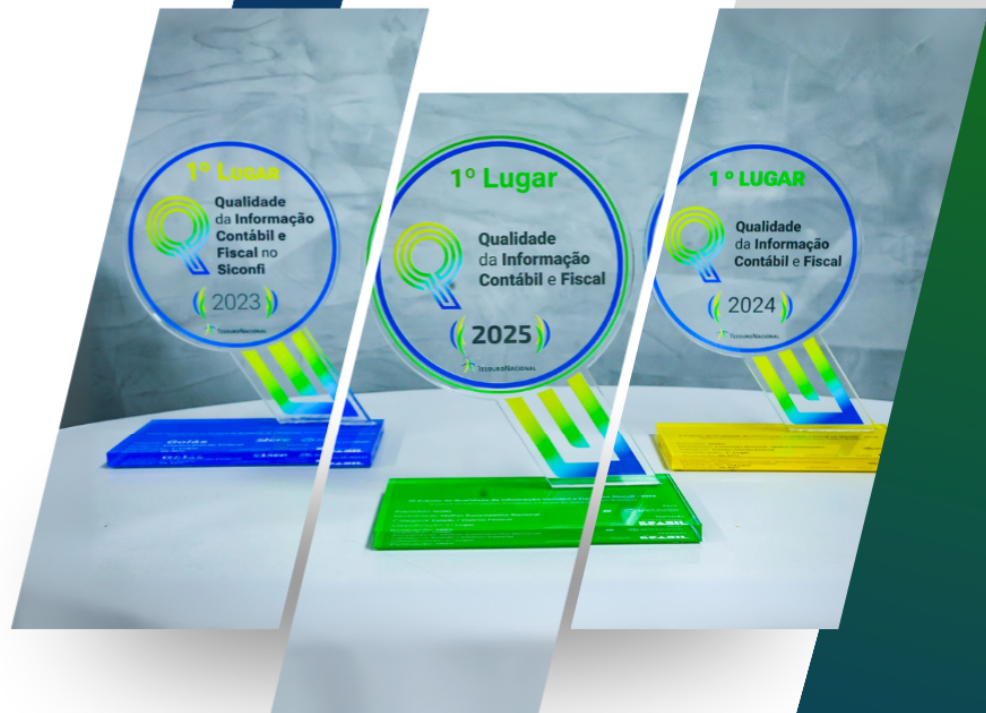


Relatório de Avaliação de Políticas Públicas – elaborado pelo IMB



Sumário Executivo

- Este relatório tem como objetivo avaliar os impactos socioeconômicos dos benefícios fiscais concedidos no Estado de Goiás;
- Para isso, são realizadas estimativas com base na abordagem de matriz insumo-produto, capaz de captar os efeitos multissetoriais na economia;
- Em 2025, Goiás cresceu 3,8%, impulsionado sobretudo pelas safras recordes no setor agropecuário e pelo desempenho da indústria de transformação;
- Segundo o IBC-R do Banco Central, Goiás apresentou o maior dinamismo econômico entre os estados em 2025;
- Estima-se que os benefícios fiscais concedidos pelo Estado contribuíram para um crescimento de 1,9% do PIB estadual em 2025;
- O Estado de Goiás registrou um montante de R\$ 13,68 bilhões em renúncia fiscal no âmbito dos programas ProGoiás, Produzir/Fomentar e Crédito Outorgado;
- A distribuição setorial da renúncia fiscal concentra-se na indústria (77,6%), seguida pelos serviços (21,6%) e pela agropecuária (0,8%);
- O ProGoiás elevou a produção estadual em R\$ 6,36 bilhões, gerou mais de 43,9 mil empregos e ampliou o PIB em R\$ 1,96 bilhão;
- O programa Produzir/Fomentar aumentou a produção em R\$ 2,46 bilhões, com a geração de mais de 18 mil empregos;
- O Crédito Outorgado foi responsável por um aumento da produção de R\$ 12,31 bilhões, pela elevação da massa de rendimentos em R\$ 3,25 bilhões e por um acréscimo de R\$ 4,84 bilhões no PIB;
- O ProGoiás apresentou o maior efeito multiplicador (1,60), seguido pelo Crédito Outorgado (1,54) e pelo Produzir/Fomentar (1,49), indicando maior eficiência alocativa do primeiro programa.
- Os resultados sugerem que os benefícios fiscais impulsionam a economia goiana, sendo sua efetividade dependente da boa alocação dos recursos.

1. Introdução

A política de benefícios fiscais ocupa papel central na estratégia de desenvolvimento econômico de estados brasileiros, especialmente em economias subnacionais inseridas em um contexto federativo descentralizado, como o Brasil. Em Goiás, esses instrumentos têm sido amplamente utilizados com o objetivo de atrair investimentos, fortalecer a base produtiva e ampliar a competitividade econômica. No entanto, diante da magnitude dos recursos envolvidos e da complexidade dos seus efeitos, é necessário responder uma questão fundamental: em que medida os benefícios fiscais efetivamente se traduzem em ganhos econômicos e sociais para o estado?

A elaboração deste relatório decorre de solicitação da Controladoria-Geral do Estado (CGE), no âmbito do processo de prestação de contas do Governador, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 07/2018 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás, 2018). Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo mensurar os impactos socioeconômicos dos benefícios fiscais sobre a economia goiana, contribuindo para o aprimoramento da transparência, da avaliação de políticas públicas e da tomada de decisão no âmbito da gestão estadual.

Sabe-se que os efeitos dos incentivos fiscais não se restringem aos setores diretamente beneficiados, mas se propagam ao longo de toda a estrutura produtiva, influenciando produção, emprego, renda e crescimento econômico. Assim, a avaliação desses instrumentos exige uma abordagem capaz de captar tais encadeamentos, permitindo uma compreensão mais abrangente de seus impactos. Para tanto, adota-se como estratégia metodológica a análise de matriz insumo-produto, elaborada pelo Instituto Mauro Borges (IMB), a qual permite estimar os efeitos diretos e indiretos dos incentivos fiscais sobre a economia estadual.

Os resultados obtidos indicam que os incentivos fiscais elevaram a produção da economia goiana em R\$ 21,12 bilhões em 2025, o que corresponde a um efeito multiplicador de 1,54 — ou seja, para cada R\$ 1,00 concedido em benefício fiscal, estima-se um acréscimo de R\$ 1,54 na produção. Esse dinamismo produtivo é acompanhado por impactos relevantes no mercado de trabalho, com a geração de mais de 148 mil empregos, além de um aumento aproximado de R\$ 4,81 bilhões na massa salarial. Como resultado agregado, a análise de insumo-produto indica que os benefícios fiscais contribuíram para um acréscimo de R\$ 7,58 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás em 2025.

Além desta introdução, o relatório está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se um diagnóstico do desempenho recente da economia goiana; em seguida, realiza-se uma análise descritiva da renúncia fiscal; na sequência, detalha-se a metodologia adotada;

posteriormente, são expostos os resultados da avaliação dos impactos socioeconômicos, com desagregação por programa; por fim, a conclusão sintetiza os principais achados do estudo e discute suas implicações para o aprimoramento das políticas públicas no Estado de Goiás.

2. Desempenho da Economia Goiana

De acordo com o Relatório Conjuntural da Economia Goiana (2026), o Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás cresceu 3,8% em 2025, desempenho 1,5 ponto percentual superior ao crescimento nacional, que foi de 2,3% no mesmo período. Esse resultado reflete, sobretudo, o dinamismo da agropecuária e, em menor medida, da indústria, setores que apresentaram expansão acima da média brasileira.

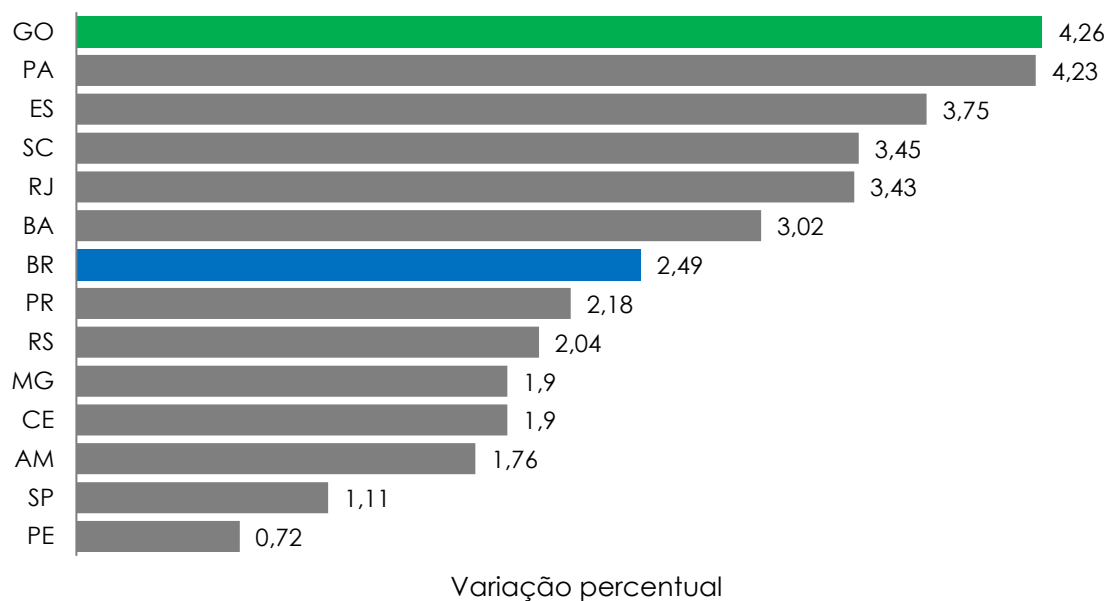
A trajetória de crescimento em 2025 é corroborada pelo Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBC-R), considerado uma proxy mensal do PIB. Segundo o indicador, a economia goiana avançou 4,26% em 2025, superando em 1,77 ponto percentual o desempenho nacional (IBC-Br: 2,49%). No contexto das unidades da federação acompanhadas, Goiás apresentou o maior crescimento do país, à frente de estados como Pará (4,23%), Espírito Santo (3,75%) e Santa Catarina (3,45%), conforme evidenciado na Figura 1.

O principal vetor desse desempenho foi a agropecuária, impulsionada por safras recordes no ano. Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), a produção agrícola em Goiás atingiu 125,6 milhões de toneladas em 2025, representando crescimento de 10% em relação a 2024, ritmo significativamente superior ao observado no Brasil (5,25%). Em termos absolutos, isso corresponde a um acréscimo de aproximadamente 11,4 milhões de toneladas. A expansão foi fortemente concentrada em três culturas: cana-de-açúcar (+4,6 milhões de toneladas), soja (+3,3 milhões de toneladas) e milho (+2,9 milhões de toneladas), que, em conjunto, responderam por quase a totalidade do aumento da produção agrícola no período.

A indústria também contribuiu positivamente para o desempenho econômico do estado. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal, a indústria geral de Goiás cresceu 2,4% em 2025, superando a média nacional de 0,6% e configurando o quarto maior crescimento entre os estados acompanhados, atrás apenas de Espírito Santo (11,6%), Rio de Janeiro (5,1%) e Santa Catarina (3,2%). Esse resultado foi motivado principalmente pela indústria de transformação, que também registrou crescimento de 2,4%, posicionando Goiás como o terceiro maior avanço nacional nesse segmento, atrás de Pará (6,2%) e Santa Catarina (3,2%). Destacam-se, nesse contexto, atividades como a fabricação de máquinas e equipamentos, a confecção de vestuário

e a produção de veículos automotores. Por outro lado, a indústria extrativa apresentou crescimento mais moderado (1,9%), inferior à média brasileira (4,9%).

Figura 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central por Estado



Fonte: Banco Central.

Em síntese, o desempenho econômico de Goiás em 2025 foi superior à média nacional, com destaque para a contribuição da agropecuária e da indústria de transformação. Parte desse desempenho está associada à política de benefícios fiscais, que contribuiu para a atração e expansão de investimentos, especialmente no setor industrial, responsável por parcela significativa da renúncia fiscal estadual. Ainda assim, a relação entre renúncia e resultados econômicos — como investimento, emprego e crescimento — não é automática e demanda avaliação empírica.

Nesse contexto, o presente relatório tem como objetivo mensurar o papel dos benefícios fiscais nos resultados socioeconômicos do estado, buscando identificar em que medida esses instrumentos têm contribuído para o desempenho recente da economia goiana.

3. Benefícios Fiscais

A política de incentivos fiscais ocupa papel relevante no debate sobre o desenvolvimento econômico regional, especialmente em economias subnacionais inseridas em federações descentralizadas, como o Brasil. Em Goiás, essa política tem sido estruturada com

o objetivo de fortalecer a base produtiva, ampliar a competitividade industrial e estimular a diversificação econômica.

Os incentivos tributários podem contribuir para a elevação da formação bruta de capital fixo no território, com efeitos sobre a produtividade, a geração de empregos formais e a arrecadação. Diante da magnitude dos recursos envolvidos e da complexidade dos objetivos associados, destaca-se a importância do acompanhamento contínuo dessas iniciativas.

Nesse contexto, analisar a evolução recente da renúncia fiscal do Estado é fundamental, especialmente quanto à sua distribuição por setores econômicos, modalidades de incentivo e localização dos empreendimentos beneficiários, de modo a subsidiar a avaliação dos impactos socioeconômicos gerados a partir dos benefícios concedidos.

Os resultados da análise para Goiás indicam que, embora tenha ocorrido crescimento real expressivo do volume de renúncia entre 2016 e 2025 – passando de R\$ 11,37 bilhões para R\$ 16,35 bilhões, o que representa variação de 43,8% –, sua participação em relação ao PIB estadual manteve-se relativamente estável, ao passar de 4,04% para 4,21% no período. Esse comportamento sugere que a expansão observada em termos monetários acompanhou, em grande medida, a dinâmica de crescimento da economia goiana, preservando o nível do esforço fiscal em proporção ao produto.

Observa-se, ainda, que a política permanece fortemente concentrada no ICMS, tributo responsável por aproximadamente 95,1% do total da renúncia. Sob a ótica setorial, a indústria segue como principal segmento beneficiário, concentrando 69,9% dos incentivos. A análise espacial evidencia concentração dos valores em municípios com maior densidade produtiva, refletindo tanto a estrutura econômica do Estado quanto a lógica de localização dos investimentos incentivados.

Em síntese, a análise da renúncia fiscal no Estado de Goiás indica que, apesar do crescimento real do montante ao longo do período analisado, sua participação no PIB estadual manteve-se relativamente estável, indicando manutenção do esforço fiscal em termos relativos. Observa-se, ainda, forte concentração dos incentivos no âmbito do ICMS, responsável pela maior parte dos benefícios concedidos. Sob a ótica setorial, os recursos destinam-se majoritariamente ao setor industrial, enquanto, do ponto de vista espacial, verifica-se concentração em municípios de maior dinamismo econômico, com destaque para Anápolis. Em conjunto, esses resultados evidenciam um padrão de concentração da política de incentivos fiscais em dimensões tributária, setorial e territorial.

Diante da magnitude dos valores envolvidos e do contexto de transição institucional associado à reforma tributária nacional, o acompanhamento sistemático da renúncia fiscal

revela-se elemento central para a adequada mensuração de seus impactos socioeconômicos. Mais do que um instrumento de transparência, o monitoramento contínuo permite avaliar, com maior precisão, em que medida os incentivos concedidos se traduzem em expansão da produção, geração de emprego, aumento da renda e fortalecimento da base produtiva estadual.

Nesse sentido, a análise recorrente e estruturada desses benefícios possibilita identificar a efetividade da política, corrigir distorções alocativas e aprimorar o direcionamento dos recursos públicos. Assim, o acompanhamento da renúncia fiscal constitui condição necessária para qualificar a avaliação de seus resultados, fortalecer a governança pública e assegurar que os incentivos estejam, de fato, alinhados aos objetivos de desenvolvimento econômico e à sustentabilidade fiscal do Estado de Goiás.

4. Metodologia

A análise econômica deve ser conduzida de forma abrangente, uma vez que os diferentes setores de uma economia são interdependentes. A atividade industrial, por exemplo, demanda insumos provenientes da agropecuária, transforma-os em bens manufaturados e os direciona ao comércio, que, por sua vez, os disponibiliza ao consumidor final. Esse encadeamento evidencia que choques econômicos, ainda que inicialmente concentrados em determinados setores, tendem a se propagar por toda a estrutura produtiva. Nesse sentido, os impactos socioeconômicos dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Goiás devem ser avaliados sob uma perspectiva multissetorial, capaz de captar não apenas os efeitos diretos, mas também os efeitos indiretos sobre a economia.

Diante dessa estrutura interligada, a utilização da matriz insumo-produto mostra-se particularmente adequada, pois permite analisar, de forma integrada, os efeitos diretos e indiretos dos choques econômicos sobre os diversos setores da economia (Grijó; Bêrni, 2006). Desse modo, através da identificação setorial dos benefícios fiscais concedidos pelo estado de Goiás, entendido como um choque de demanda por parte ente público, calcula-se a quantidade adicional do valor bruto da produção como delimitado em Guilhoto (2011):

$$\Delta x = (I - A)^{-1} \cdot \Delta y \quad (1)$$

Em que A representa a matriz de coeficientes técnicos de dimensão $n \times n$, refletindo a quantidade de insumos necessária para a produção de uma unidade de produto em cada setor. I é a matriz identidade, Δy é um vetor de dimensão $n \times 1$ que mostra o choque dado pelo estado através do benefício fiscal para os diferentes setores da economia, e Δx representa a elevação

da produção motivada pelo benefício fiscal. O termo $(I - A)^{-1}$, conhecido como inversa de Leontief, sintetiza os encadeamentos intersetoriais e mensura os efeitos multiplicadores decorrentes do choque inicial.

Para além dos efeitos sobre a produção a análise também contempla impactos em variáveis socioeconômicas relevantes, como emprego, rendimentos e Produto Interno Bruto (PIB). No contexto da matriz insumo-produto, esses efeitos são obtidos por meio da aplicação de coeficientes específicos que relacionam cada variável ao nível de produção setorial (Gonçalves Junior et al., 2014; Vale; Perobelli, 2020), conforme explicitado na equação abaixo:

$$\Delta V_e = v_e \cdot (I - A)^{-1} \cdot \Delta y \quad (2)$$

Em que V_e é o vetor de impacto setorial de dimensão $n \times 1$ no indicador e , sendo $e \in$ (Emprego, Rendimento, PIB). A mudança principal da equação 2 em relação a equação 1, é adição do termo v_e , cujos elementos expressam a intensidade com que cada setor converte produção em emprego, renda ou valor adicionado na diagonal principal, tendo, portanto, dimensão $n \times n$. Em suma, cada elemento da diagonal principal de v_e pode ser definido como:

$$v_e = \frac{B_e}{X} \quad (3)$$

Em que B_e é o valor do Indicador e , enquanto X representa o montante produzido no setor. Desse modo, a equação 2 mostra a quantidade de emprego, rendimentos ou PIB necessário para comportar o impulso fiscal feito pelo estado de Goiás, sendo o termo $v_e \cdot (I - A)^{-1}$ associado ao multiplicador do investimento sobre o indicador e .

Em síntese, a metodologia adotada permite estimar, de forma integrada, como os incentivos fiscais se traduzem em expansão da atividade econômica e em melhorias nos indicadores socioeconômicos, considerando os encadeamentos produtivos característicos da economia goiana. A partir dessa estrutura analítica, a seção seguinte apresenta os principais resultados obtidos, evidenciando a magnitude e a distribuição setorial dos impactos associados aos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Goiás.

5. Resultados

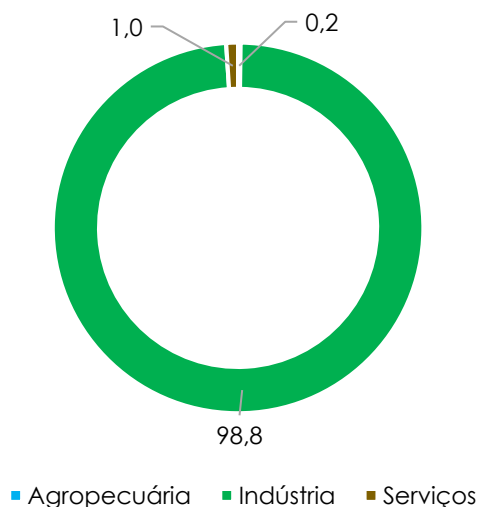
A partir de uma abordagem setorial dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Goiás, esta seção tem como objetivo avaliar seus impactos socioeconômicos com base na matriz insumo-produto estadual elaborada pelo Instituto Mauro Borges (IMB). Para tanto, os diferentes programas de incentivo são analisados de forma desagregada, permitindo identificar

suas contribuições específicas sobre variáveis como produção, emprego, renda e produto, bem como compreender os distintos padrões de encadeamento gerados por cada política.

5.1 ProGoiás

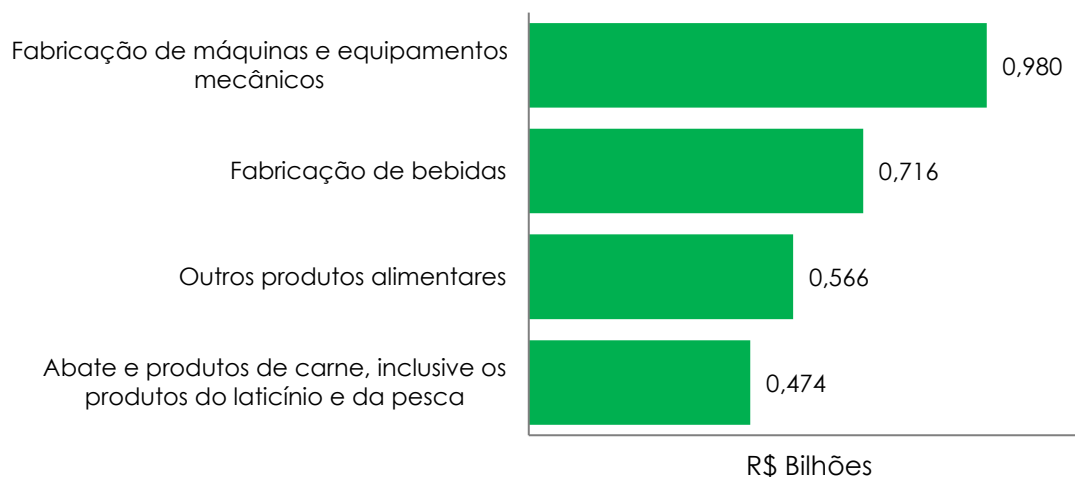
O ProGoiás configura-se como um instrumento de incentivo fiscal baseado na concessão de crédito outorgado, direcionado predominantemente ao setor industrial, com o objetivo de viabilizar investimentos e fortalecer a base produtiva no Estado de Goiás. Em 2025, o programa concedeu R\$ 3,97 bilhões em créditos, dos quais 98,8% foram destinados à indústria, enquanto os 1,2% restantes se distribuíram entre os setores de agropecuária e serviços, evidenciando a forte concentração dos incentivos no segmento industrial.

Figura 2 – Distribuição dos Recursos do ProGoiás por Setor Econômico



Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

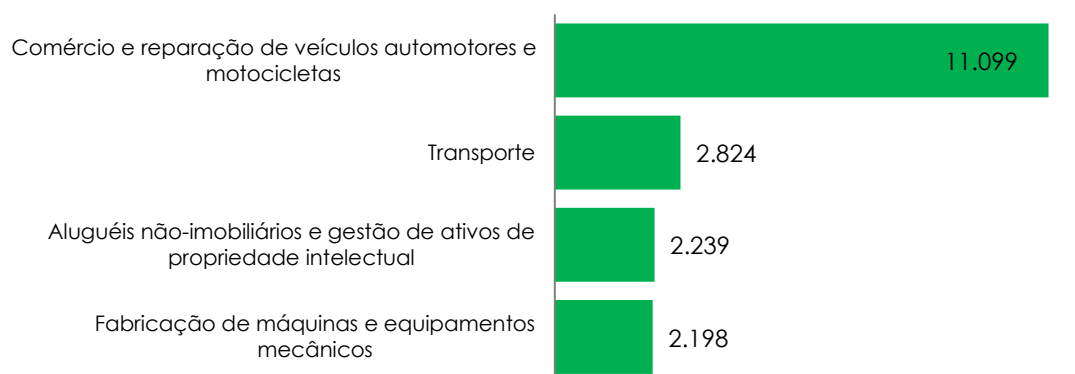
Os benefícios concedidos pelo ProGoiás resultaram em um acréscimo estimado de R\$ 6,36 bilhões na produção do Estado de Goiás. Entre os setores mais impactados, destaca-se a fabricação de máquinas e equipamentos, com aumento de R\$ 980 milhões no valor produzido, seguida pela fabricação de bebidas, com R\$ 716 milhões, e pela produção de outros produtos alimentares, que registrou expansão estimada de R\$ 566 milhões. Esses resultados evidenciam a concentração dos efeitos do programa em segmentos industriais com maior capacidade de encadeamento produtivo.

Figura 3 – Impacto Total do ProGoiás sobre a Produção nos Principais Setores

Fonte: IMB/SGG.

A expansão da produção associada ao ProGoiás demandou a geração estimada de 43,9 mil novos postos de trabalho no Estado de Goiás. Considerando que, em 2024, o estado contava com aproximadamente 3,85 milhões de pessoas ocupadas, segundo o IBGE, esse incremento corresponde a um aumento de cerca de 1,1% no total de ocupados.

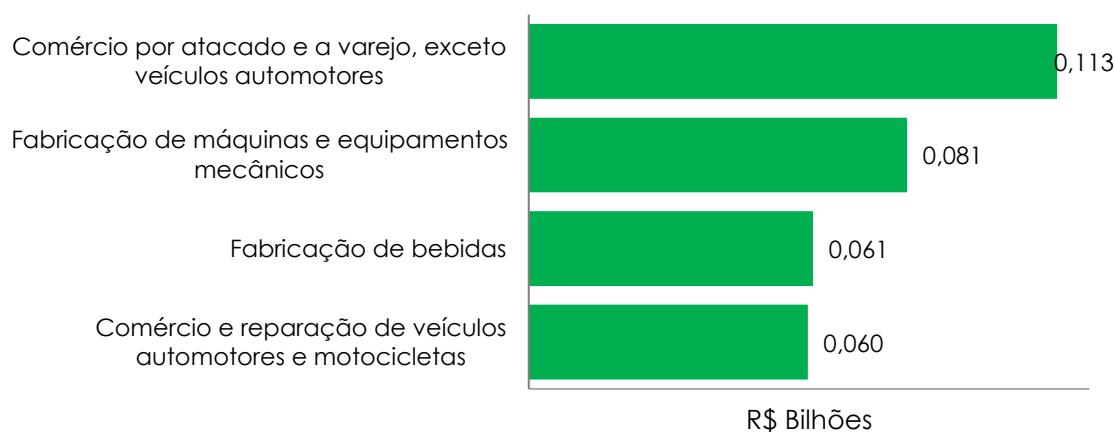
Os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram o de comércio e reparação de veículos automotores, com aumento estimado de 11,1 mil pessoas ocupadas em decorrência do benefício fiscal, seguido pelo setor de transportes, com crescimento de 2,2 mil ocupados. Na sequência, destacam-se as atividades profissionais, científicas e técnicas — como engenharia e serviços correlatos — e a fabricação de máquinas e equipamentos, ambos com incremento de aproximadamente 2,2 mil postos de trabalho cada.

Figura 4 – Impacto Total do ProGoiás sobre o Emprego nos Principais Setores

Fonte: IMB/SGG.

A expansão do emprego formal decorrente desses efeitos também se traduz em uma injeção significativa de renda na economia goiana. Estima-se que o aumento da produção esteja associado a um acréscimo de R\$ 1,05 bilhão na massa salarial do estado. Entre os setores com maior elevação dos rendimentos, destaca-se o comércio por atacado e varejo, com incremento de R\$ 113 milhões, seguido pela fabricação de máquinas e equipamentos (R\$ 81 milhões), fabricação de bebidas (R\$ 61 milhões) e comércio e reparação de veículos automotores (R\$ 60 milhões). Esses resultados reforçam o papel dos encadeamentos produtivos na disseminação dos ganhos de renda entre diferentes segmentos da economia.

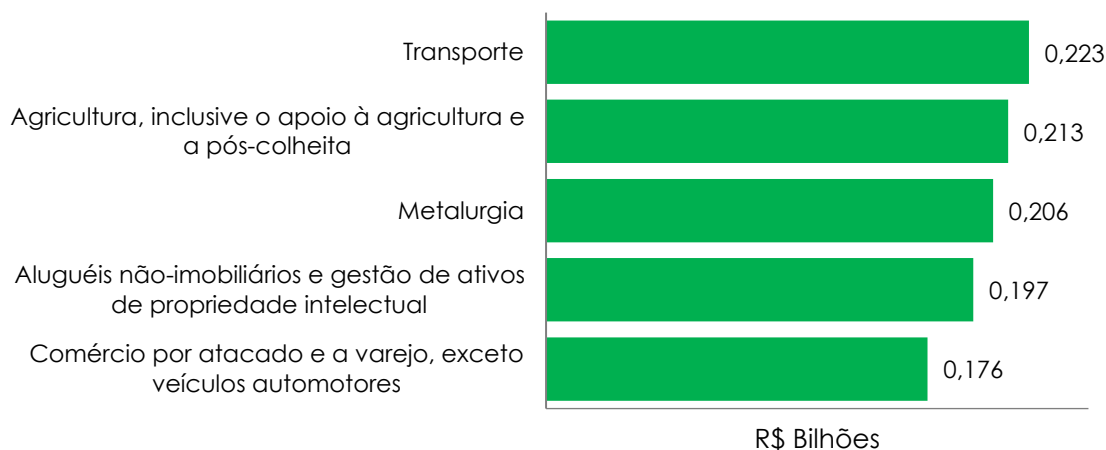
Figura 5 – Impacto Total do ProGoiás sobre o Rendimento nos Principais Setores



Fonte: IMB/SGG.

Todos os efeitos mencionados até o momento correspondem aos impactos totais sobre a economia goiana decorrentes do benefício fiscal, incorporando tanto os efeitos diretos quanto os indiretos ao longo da cadeia produtiva. Cabe destacar, contudo, a relevância específica dos efeitos indiretos, que capturam a expansão da atividade nos setores fornecedores de insumos e serviços demandados pelos segmentos diretamente beneficiados.

Nesse sentido, a análise insumo-produto indica que R\$ 2,39 bilhões do aumento total da produção decorrem desses efeitos indiretos. Tal expansão concentra-se, sobretudo, nos setores de transporte (R\$ 223 milhões), agricultura (R\$ 213 milhões), metalurgia (R\$ 206 milhões), atividades profissionais, científicas e técnicas (R\$ 197 milhões) e comércio por atacado e varejo (R\$ 176 milhões), evidenciando a propagação dos impactos ao longo dos encadeamentos intersetoriais da economia.

Figura 6 – Impacto Indireto do ProGoiás sobre a Produção nos Principais Setores

Fonte: IMB/SGG.

Dessa forma, os recursos destinados ao ProGoiás resultaram em um aumento da produção que foi amplificado pelos efeitos indiretos ao longo da estrutura produtiva, por meio do fortalecimento das relações intersectoriais e da expansão da demanda nos setores fornecedores. Nesse contexto, estima-se que, para cada R\$ 1,00 de benefício concedido pelo programa, a produção estadual tenha se expandido em R\$ 1,60.

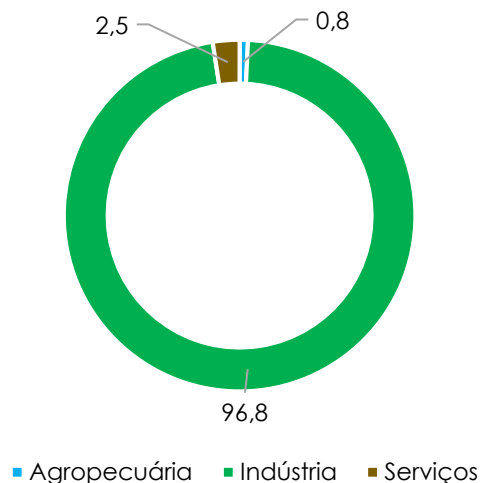
Esse dinamismo não se limita à produção, refletindo-se também na geração de emprego, na elevação dos rendimentos e na expansão do nível de atividade econômica. Em termos agregados, estima-se que o programa tenha contribuído para um acréscimo de R\$ 1,96 bilhão no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Goiás, o que corresponde a um crescimento aproximado de 0,5% no ano de 2025.

5.2 Fomentar/Produzir

O Fomentar/Produzir é um programa do Governo do Estado de Goiás voltado ao fortalecimento da atividade industrial, por meio da concessão de incentivos à implantação, expansão e modernização de empreendimentos. A iniciativa tem como objetivos estimular a realização de investimentos, promover a incorporação de tecnologia e aumentar a competitividade da economia estadual, com ênfase na geração de emprego e renda, além da redução das desigualdades regionais.

Em 2025, o programa concedeu R\$ 1,65 bilhão em créditos, dos quais 96,8% foram destinados ao setor industrial, enquanto os 3,2% restantes se distribuíram entre a agropecuária e os serviços, evidenciando a predominância do apoio à indústria na estrutura dos incentivos.

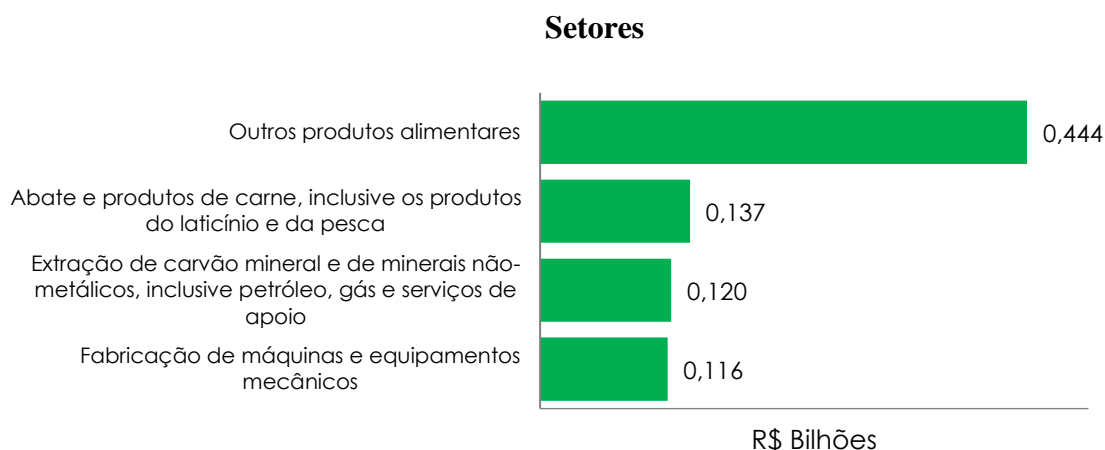
Figura 7 – Distribuição dos Recursos do Fomentar/Produzir por Setor Econômico



Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

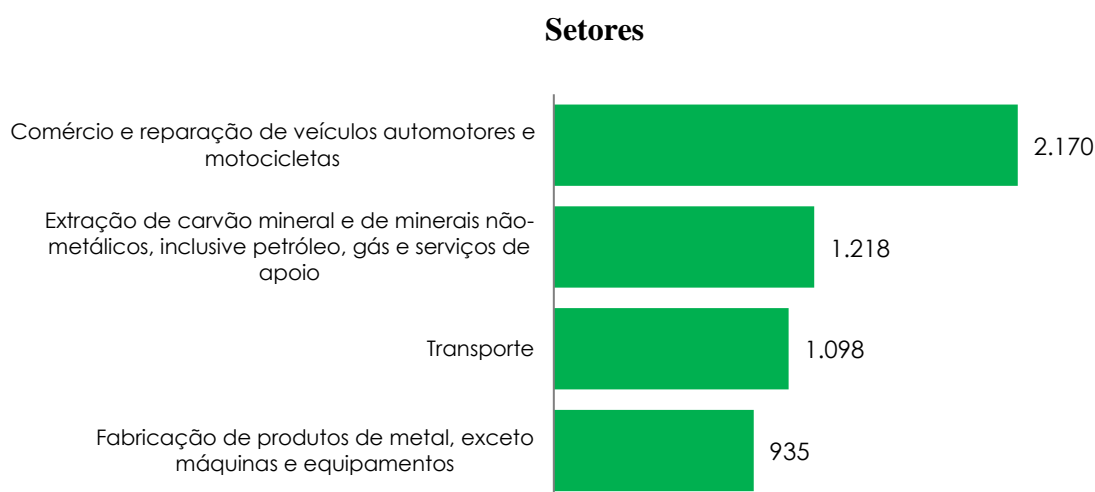
O programa foi responsável por um acréscimo estimado de R\$ 2,46 bilhões na produção do Estado de Goiás. Entre os setores mais impactados, destacam-se a produção de outros produtos alimentares, com aumento de R\$ 444 milhões, seguida pelo abate e produção de carnes, laticínios e pescado, com R\$ 137 milhões. Também se evidenciam os setores de extração de carvão mineral e minerais não metálicos, com incremento de R\$ 120 milhões, e a fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos, com R\$ 116 milhões, refletindo a atuação do programa em segmentos industriais com relevante capacidade produtiva.

Para viabilizar esse incremento na produção, estima-se que tenham sido necessários 18.183 novos trabalhadores. Nesse processo, destacam-se os setores de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, com a geração de 2.710 postos de trabalho, seguido pela extração de carvão mineral e de minerais não metálicos, com 1.218 novas ocupações. Também se sobressaem o setor de transportes, com 1.098 trabalhadores, e a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, com a criação de 935 empregos.

Figura 8 – Impacto Total do Fomentar/Produzir sobre a Produção nos Principais

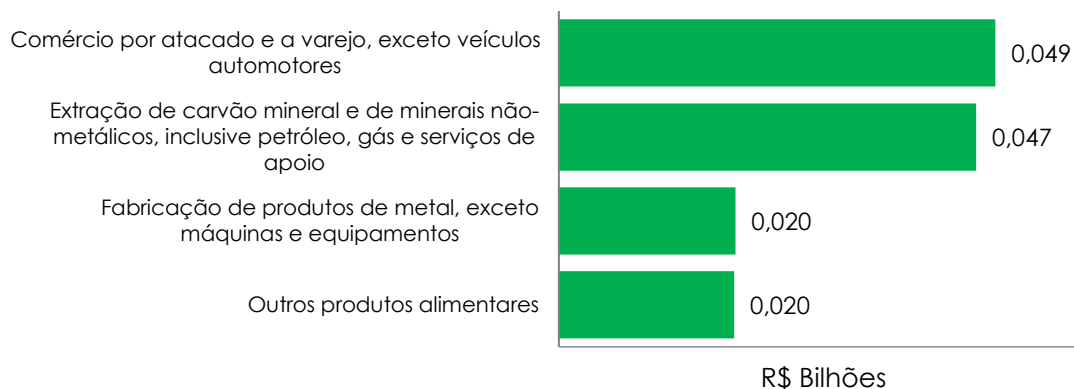
Fonte: IMB/SGG.

Como consequência, observa-se um aumento dos rendimentos no Estado de Goiás, decorrente tanto da expansão da produção quanto da elevação do nível de emprego. Estima-se que os efeitos gerados pelo programa Fomentar/Produzir tenham resultado em um acréscimo de R\$ 510 milhões na massa salarial estadual. Destacam-se, nesse contexto, os setores de comércio por atacado e varejo, exceto veículos automotores, com incremento de R\$ 49 milhões; extração de carvão mineral e de minerais não metálicos, com R\$ 47 milhões; fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, com R\$ 20 milhões; e produção de outros produtos alimentares, também com aumento de R\$ 20 milhões.

Figura 9 – Impacto Total do Fomentar/Produzir sobre o Emprego nos Principais

Fonte: IMB/SGG.

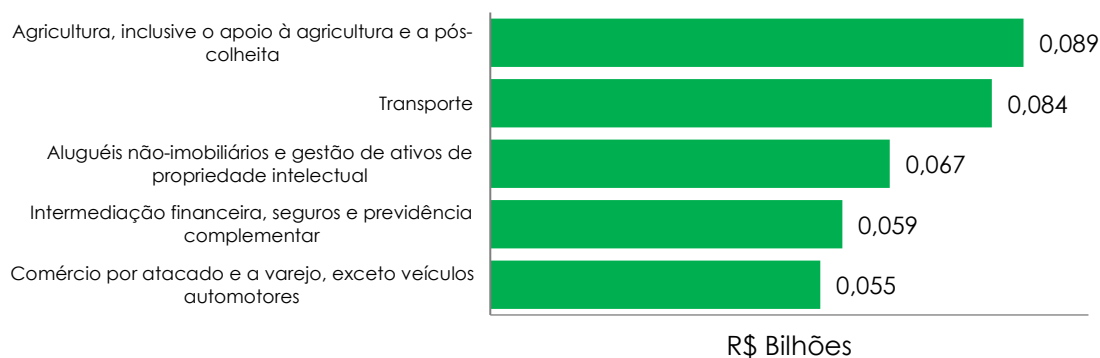
Figura 10 – Impacto Total do Fomentar/Produzir sobre o Rendimento nos Principais Setores



Fonte: IMB/SGG.

No que se refere aos impactos indiretos, observa-se a relevante participação do setor agropecuário — incluindo as atividades de apoio à agricultura e pós-colheita — que registrou incremento de R\$ 89 milhões na produção em decorrência do Fomentar/Produzir. Em seguida, destaca-se o setor de transportes, com aumento de R\$ 84 milhões. Também se evidenciam os setores de aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual, com R\$ 67 milhões; intermediação financeira, seguros e previdência complementar, com R\$ 59 milhões; e comércio por atacado e varejo, exceto veículos automotores, com R\$ 55 milhões, demonstrando a propagação dos efeitos do programa ao longo das cadeias produtivas.

Figura 11 – Impacto Indireto do Fomentar/Produzir sobre a Produção nos Principais Setores

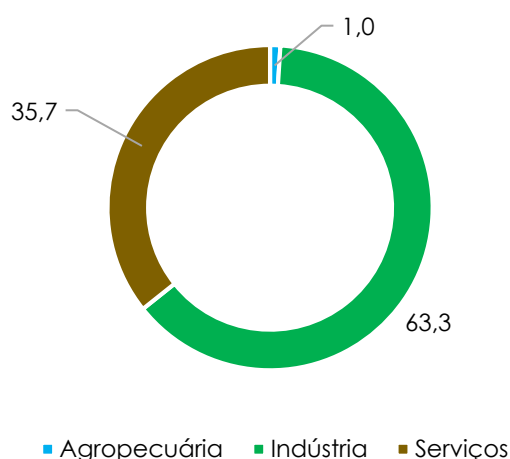


Fonte: IMB/SGG.

5.3 Crédito Outorgado

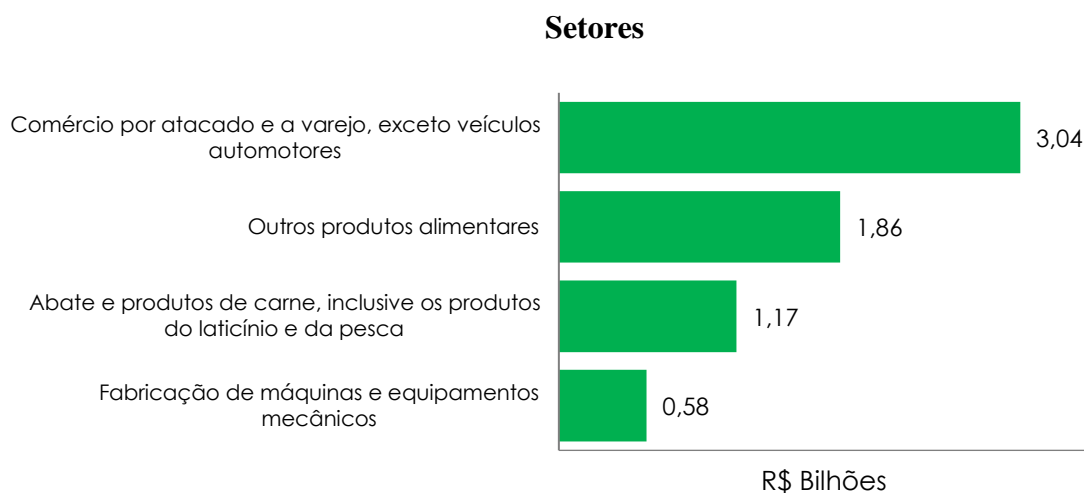
O crédito outorgado configura-se como um instrumento de política fiscal que permite a concessão de créditos presumidos aos contribuintes, com o objetivo de estimular a atividade econômica, promover a competitividade e atrair investimentos. Em 2025, esse mecanismo representou um volume R\$ 8,05 de renúncia fiscal, concentrando-se majoritariamente no setor industrial, que absorveu 63,35 dos recursos concedidos, seguido do setor de serviços que recebeu um estímulo de 35,7% dos recursos, enquanto a agropecuária acumula somente 1% do volume total.

Figura 12 – Distribuição dos Recursos de Crédito Outorgado por Setor Econômico



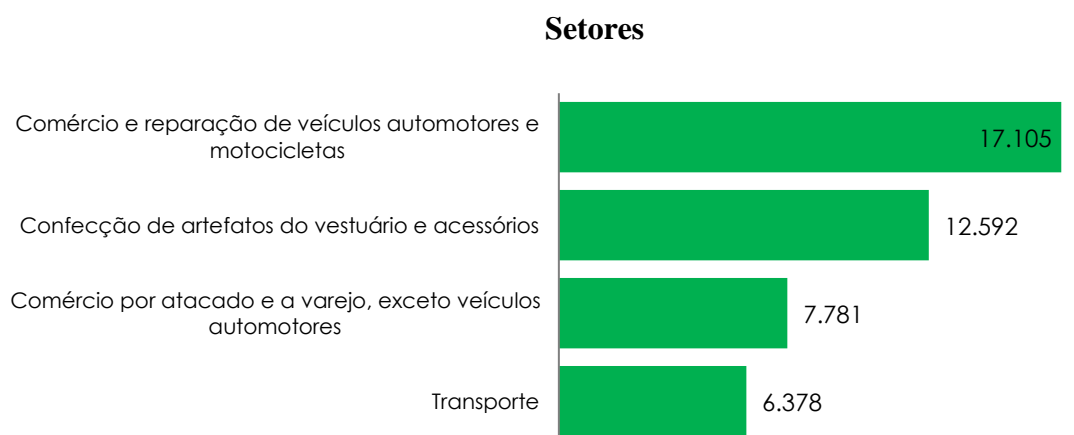
Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

O aumento da produção associado ao instrumento é estimado em R\$ 12,31 bilhões, com maior concentração no setor de comércio por atacado e varejo, responsável por um acréscimo de R\$ 3,04 bilhões. Em seguida, destaca-se a produção de outros produtos alimentares, com expansão de R\$ 1,86 bilhão. Já os setores de abate de carnes e fabricação de máquinas e equipamentos registraram aumentos de R\$ 1,17 bilhão e R\$ 580 milhões, respectivamente, evidenciando a relevância desses segmentos na propagação dos efeitos sobre a atividade econômica.

Figura 13 – Impacto Total do Crédito Outorgado sobre a Produção nos Principais

Fonte: IMB/SGG.

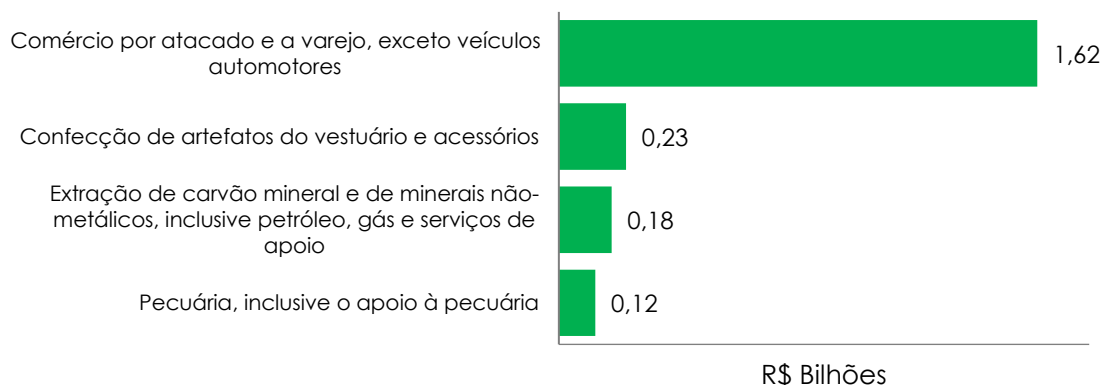
Para viabilizar o aumento da produção gerado pelo benefício fiscal concedido via crédito outorgado, estima-se a necessidade de 86,3 mil novos postos de trabalho. Considerando que Goiás contava com aproximadamente 3,85 milhões de pessoas ocupadas em 2024, esse resultado corresponde a um crescimento de cerca de 2,2% no total de ocupados no estado. Os maiores incrementos de emprego concentram-se nos setores de comércio e reparação de veículos automotores, com aumento de 17,1 mil ocupações, seguido pela confecção de artefatos do vestuário e acessórios, com 12,6 mil novos postos, e pelo comércio por atacado e varejo, com expansão de 7,8 mil trabalhadores, evidenciando a forte disseminação dos efeitos sobre atividades intensivas em mão de obra.

Figura 14 – Impacto Total do Crédito Outorgado sobre o Emprego nos Principais

Fonte: IMB/SGG.

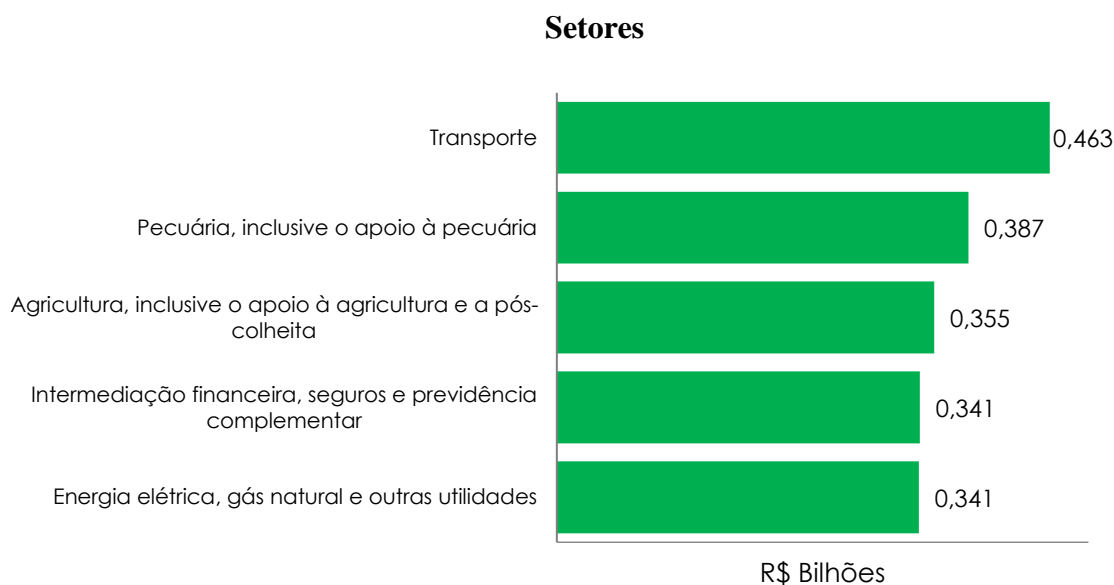
Diante da expansão do número de pessoas ocupadas, observa-se também um aumento expressivo na massa salarial da economia goiana. Estima-se que o crescimento produtivo associado ao crédito outorgado tenha gerado uma injeção de R\$ 3,25 bilhões em rendimentos no estado. Esse incremento concentra-se, sobretudo, nos setores de comércio por atacado e varejo e na confecção de vestuário, que, conjuntamente, respondem por R\$ 1,85 bilhão adicionais na massa salarial. Adicionalmente, destacam-se os efeitos nos setores de extração de minerais não metálicos, com aumento de R\$ 179 milhões, e na pecuária, com R\$ 124 milhões, evidenciando a difusão dos ganhos de renda entre diferentes segmentos da economia.

Figura 15 – Impacto Total do Crédito Outorgado sobre o Rendimento nos Principais Setores



Fonte: IMB/SGG.

Os impactos indiretos do choque gerado pelo crédito outorgado totalizam um aumento estimado de R\$ 4,25 bilhões na produção da economia goiana, acompanhado da geração de mais de 42 mil empregos indiretos. Esse incremento produtivo concentra-se, sobretudo, nos setores de transportes (R\$ 463 milhões), pecuária (R\$ 387 milhões) e agricultura (R\$ 355 milhões). Também se destacam os setores de intermediação financeira e de energia elétrica, ambos com expansão de R\$ 341 milhões, refletindo os efeitos de encadeamento e a propagação da demanda ao longo da estrutura produtiva decorrentes do estímulo inicial.

Figura 16 – Impacto Indireto do Crédito Outorgado sobre a Produção nos Principais

Fonte: IMB/SGG.

Dessa forma, o efeito multiplicador do crédito outorgado — entendido como o montante de produção gerado para cada real concedido em incentivo — é estimado em 1,54, evidenciando a capacidade do instrumento de ampliar a atividade econômica para além do impacto inicial. Destaca-se, ainda, que, embora o setor agropecuário apresente participação relativamente reduzida no volume de benefícios fiscais, seus impactos indiretos são expressivos. Isso ocorre porque os setores diretamente beneficiados demandam insumos agropecuários de forma significativa, de modo que 17,6% do aumento da produção indireta concentra-se nesse segmento, enquanto 53,7% se direciona ao setor de comércio.

Diante dos encadeamentos produtivos característicos da economia goiana, os efeitos do crédito outorgado não se limitam aos setores diretamente incentivados, mas se propagam ao longo de toda a estrutura intersetorial, ampliando seus impactos sobre produção, renda e emprego. Nesse contexto, estima-se que o programa gere um acréscimo de aproximadamente R\$ 4,84 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás, o que corresponde a uma contribuição de cerca de 1,3% para o crescimento econômico estadual. Esse resultado reflete não apenas o impulso inicial proporcionado pelo incentivo fiscal, mas também os efeitos indiretos e induzidos decorrentes da expansão da demanda por insumos, do fortalecimento das cadeias produtivas e do dinamismo disseminado entre os diversos setores da economia.

6. Conclusão

Este relatório teve como objetivo mensurar os impactos socioeconômicos dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Goiás, a partir da aplicação da matriz insumo-produto estadual, permitindo estimar os efeitos intersetoriais sobre produção, emprego, renda e Produto Interno Bruto.

É importante destacar que os resultados apresentados devem ser interpretados à luz das limitações inerentes à metodologia adotada. A análise insumo-produto constitui um modelo de natureza estática, não incorporando de modelos de equilíbrio geral, como variações de preços relativos, restrições de oferta ou mudanças comportamentais dos agentes econômicos. Nesse sentido, o objetivo do relatório é mensurar os impactos potenciais dos benefícios fiscais de forma isolada, fora de um contexto de equilíbrio geral, oferecendo uma aproximação dos seus efeitos diretos e indiretos sobre a estrutura produtiva.

Os resultados indicam que, em 2025, foram concedidos R\$ 13,68 bilhões em incentivos fiscais, no âmbito dos programas ProGoiás, Produzir/Fomentar e Crédito Outorgado. Observa-se que a alocação dos recursos concentrou-se majoritariamente no setor industrial, responsável por 77,6% do total concedido, seguido pelo setor de serviços, com 21,6%, e pela agropecuária, com 0,8%. Essa estrutura de direcionamento refletiu-se nos impactos produtivos estimados, com um aumento total de R\$ 21,12 bilhões na economia goiana, sendo R\$ 12,9 bilhões provenientes da indústria, R\$ 6,9 bilhões dos serviços e R\$ 1,4 bilhão da agropecuária.

No mercado de trabalho, os resultados indicam a geração de aproximadamente 148,3 mil ocupações, distribuídas entre os setores de serviços (71 mil), indústria (67,1 mil) e agropecuária (10,2 mil). Esse dinamismo também se traduz em aumento da massa salarial, estimada em R\$ 4,81 bilhões, com maior concentração nos serviços (R\$ 2,6 bilhões), seguidos pela indústria (R\$ 1,9 bilhão) e pela agropecuária (R\$ 0,3 bilhão).

Como resultado agregado, o conjunto dos benefícios fiscais contribuiu para um acréscimo de R\$ 7,58 bilhões no Produto Interno Bruto estadual, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 1,9% em 2025. Esses resultados evidenciam que os incentivos fiscais exercem papel relevante na dinamização da economia, sobretudo quando considerados os encadeamentos produtivos captados pela matriz insumo-produto.

Adicionalmente, a análise dos efeitos multiplicadores revela diferenças importantes na efetividade dos programas. O ProGoiás apresentou o maior multiplicador (1,60), seguido pelo Crédito Outorgado (1,53) e pelo Produzir/Fomentar (1,49), enquanto a média dos benefícios foi de 1,54. Esses resultados sugerem que o ProGoiás se destaca por direcionar de forma mais eficiente os recursos públicos para setores com maior capacidade de encadeamento produtivo,

potencializando os efeitos indiretos e ampliando o impacto total sobre a economia. Em contraste, programas com menor multiplicador tendem a concentrar recursos em atividades com menor integração intersetorial, reduzindo a propagação dos efeitos econômicos.

Dessa forma, os resultados indicam que não apenas o volume de recursos, mas sobretudo sua alocação setorial, é determinante para a efetividade das políticas de incentivo fiscal. Programas orientados para setores estratégicos — especialmente aqueles com maior capacidade de induzir efeitos ao longo da cadeia produtiva — tendem a gerar impactos mais expressivos sobre produção, emprego e renda. Nesse sentido, o aprimoramento contínuo dos critérios de focalização dos incentivos, aliado ao monitoramento sistemático de seus resultados, mostra-se fundamental para maximizar os retornos econômicos e sociais associados à política de benefícios fiscais no Estado de Goiás.

Referências

COSTA, R. R. *et al.* **Relatório Conjuntural da Economia Goiana 2025**. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Pesquisa e Política Econômica – IMB, 2026.

GONÇALVES JUNIOR, Carlos Alberto *et al.* O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. **Ambiente Construído**, v. 14, p. 177–189, 2014.

GRIJÓ, Eduardo; BÊRNI, Duilio de Avlia. Metodologia Completa para a Estimativa de Matrizes de Insumo-Produto. **Teoria e Evidência Econômica**, 2006.

GUILHOTO, Joaquim José Martins. Análise de insumo-produto: teoria e fundamentos. 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS. Resolução Normativa nº 7/2018. Goiás. 2018.

VALE, Vinícius A.; PEROBELLI, Fernando S. **Análise de Insumo-Produto: teoria e aplicações no R**. Curitiba, PR: Edição Independente: NEDUR/LATES, 2020.